

MERCADOS, TABERNAS E FEIRAS: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões

André de Oliveira Moraes
Mestrando Universidade Federal do Amazonas
Rua Ipiranga, 187B, Santo Antônio, CEP 69029-390, Manaus (AM), Brasil
Tel: (55-61) 3307-2373- and.moraes@gmail.com

Prof. Dra. Tatiana Schor
tschor@ufam.edu.br

RESUMO

O hábito alimentar é parte determinante da cultura dos povos. A cesta básica deveria representar essas culturas, porém a modernidade, com a intensificação da urbanização tende a padronizar este hábito, porém não o homogeneiza. As relações que determinam a cesta básica no estado são particulares de forma que a composição desta, que é a mesma desde a década de 1930 é calculada somente para regiões metropolitanas, deve ser revista. Com isso, propõe-se uma cesta básica regionalizada para o Estado do Amazonas que considere principalmente os hábitos alimentares e de comercialização da população local. Essa regionalização tornará evidente não somente os hábitos, como também as relações econômicas e sociais implícitas na rede urbana estabelecida com o mercado da cesta básica regionalizada. Por meio da análise do custo dessa cesta e das relações que envolvem sua estrutura de mercado nas cidades de Manacapuru e Coari, poderá se estabelecer o perfil urbano dessas cidades e a sua relação com as atividades rurais-ribeirinhas e considerando as transformações e permanências nos hábitos alimentares na região.

Palavras-chave: Cesta básica; perfil urbano; rede urbana; cidades na Amazônia.

ABSTRACT

The role played by nutrition in the Amazon State, due to its complex hydrological system, is subject to local specificities. The composition of the national staple food cost was established in Brazil in the 30's and the prices are collected only in the metropolitan regions. Due to the fact that alimentary habits differ enormously from one region to another, the staple food costs in the State are particular in such a manner that it must be reviewed and regionalized. This regionalization will make evident not only alimentary habits but also economic and social relations implicit in the urban network. By means of the costs' analysis of the regional staple food costs and the market relations, that are related with it in the cities of Manacapuru and Coari in Amazonas State, the urban profile and the rural-urban activities in the urban network can be established.

Key words: Basic food costs; urban profile; urban network, cities in Amazonia.

RESUMEN

La cuestión de la alimentación de la Amazonía está sujeto a las circunstancias locales. Las relaciones que determinan la canasta de alimentos en el estado son específicos, de manera que la composición de los cuales es el mismo desde los años 1930 y calculó sólo en las zonas metropolitanas, debe ser revisado. Por lo tanto, proponemos una canasta de regionalizada para el Estado de Amazonas a considerar principalmente los hábitos alimentarios y la comercialización de la población local. Esta regionalización se hará evidente no sólo los hábitos, sino también las relaciones económicas y sociales implícitos en la red urbana establecida con la canasta de mercado regionalizado. Mediante el análisis del costo de la canasta y la relación que involucra a la estructura de los municipios de Manacapuru y Coari podrá establecer el perfil de las ciudades y su relación con las zonas costeras las actividades rurales.

Mots-clé: Canasta de alimentos; perfiles urbanos; red urbana; ciudades de La Amazonia.

INTRODUÇÃO

A análise do custo de vida nas cidades do Amazonas apresenta particularidades e complexidades que a tornam de difícil apreensão. As relações econômicas presentes nessas cidades ainda não se apresentam totalmente inseridas numa economia de mercado, o que dificulta a coleta de dados para estabelecer os índices de custo de vida. Desde os cidadãos que pescam peixes para o próprio consumo e possuem roças de onde tiram parte de sua alimentação, até a precária contabilidade feita

pelos mercadinhos locais e frigoríficos de peixe, nota-se uma reprodução social que se dá em relações complexas, dentro e fora do mercado, onde a despreocupação com os dados reflete uma postura diferente em relação ao próprio mercado. Talvez esse tenha sido o motivo pelo qual somente em 2007, quando se estabelece a região metropolitana de Manaus, que algumas pesquisas passaram a ser empreendidas no Amazonas, dentre elas o custo da cesta básica, com a instalação do escritório do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos - DIEESE em Manaus.

As cidades do Amazonas possuem grande dependência em relação à Manaus, que as abastece com bens e serviços, inclusive gêneros alimentícios, caracterizando uma forte articulação entre as cidades do interior e a capital. Em todos os municípios do Amazonas, o abastecimento com gêneros alimentícios depende primordialmente do transporte fluvial. A sazonalidade dos rios, com os regimes de enchente e vazante, caracteriza o principal elemento que influencia nos fluxos entre as cidades em vários aspectos. O custo da cesta básica está passível dessa influência e por isso representa um indicador do perfil urbano dessas cidades, ilustrando parte da dimensão complexa da relação entre a sociedade e a natureza presente na região.

A discussão acerca da cesta básica no Amazonas já foi estabelecida na década de 1980 quando a Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODEAMA, que era órgão de pesquisa do estado – propôs uma cesta básica regional, com base na segunda pesquisa de orçamento familiar, realizada entre fevereiro de 1984 e janeiro de 1985, a qual considerava a questão sócio-econômica da população através de 18 produtos, incluindo o peixe e a farinha de mandioca (SILVA, 2000). Essa proposta foi recuperada e atualizada nesta pesquisa com alguns ajustes quanto a sua composição, unidades de medida dos itens e quantidades, segundo os resultados das pesquisas de campo empreendidas no âmbito desta pesquisa.

Para a coleta de dados do custo da cesta básica regionalizada foram selecionadas duas cidades do interior do Amazonas, Manacapuru e Coari, consideradas médias pela tipologia urbana da calha Solimões-Amazonas, proposta por Schor (et. al. 2007). Essas cidades possuem população urbana acima de 50% e abaixo de 70% da população total (IBGE, 2000), diferenças de transporte e atividade econômica: Coari com dinâmica econômica externa e transporte fluvial ou aéreo; Manacapuru com transporte rodoviário ou fluvial e atividades tradicionais, relacionadas principalmente ao setor primário; Manaus também foi considerada na pesquisa, devido à centralidade, exercida com a disponibilidade dos bens e serviços para as cidades estudadas.

As duas cidades se localizam na calha do Rio Solimões, conforme o padrão de surgimento da malha urbana no estado do Amazonas (CODEAMA, 1980) e a origem dos primeiros núcleos urbanos amazônicos (TRINDADE JR, 2006). A diferenciação no padrão de transporte das duas cidades reflete no fluxo de pessoas e no alcance de bens e serviços, os quais passam a ser diferenciados em relação aos demais fluxos, ou seja, no diálogo com as demais cidades que compõem a rede urbana. A proximidade de Manaus ainda compreende uma dimensão de funcionalidade que a cidade exerce na rede, de forma que isso pode estabelecer sua posição na hierarquização da rede urbana.

Como forma de verificar a metodologia proposta para o trabalho, um trabalho de campo foi realizado em Manacapuru com coleta de preços dos produtos. Posteriormente, visitaram-se as cidades de Coari, em outubro de 2006, e Manacapuru em abril e maio de 2007, para o levantamento de dados sobre o tema; mais especificamente, informações acerca da venda dos elementos da cesta básica e seu preço (estabelecimentos comerciais, origem e transporte de produtos), visto que não se encontrou dados secundários, quanto a preços, para subsidiar a pesquisa. Os trabalhos de campo foram realizados nos regimes fluviais de enchente e vazante, considerando a sazonalidade do Rio Solimões, com o propósito de detectar as mudanças de preço da cesta básica como consequência desse fenômeno.

Este artigo relata os resultados da pesquisa sobre a cesta básica em relação a sua regionalização e a rede urbana, estabelecida a partir da distribuição nas cidades do interior do Estado, podendo-se caracterizar como uma contribuição para a reflexão teórico-metodológica sobre a rede urbana no Estado do Amazonas.

DA GEOGRAFIA DA FOME À GEOGRAFIA DO ABASTECIMENTO

A questão alimentar é um assunto transversal no âmbito do interesse social e das ciências, por tratar um tema cuja negligência resulta em conseqüências muito evidentes. O pioneiro na discussão do tema no Brasil, sem dúvidas, foi Josué de Castro com sua obra *Geografia da Fome*, lançado em 1946, na qual o autor utiliza um tom de denúncia ao abordar a questão da fome no Brasil. Nessa obra, o autor traça o mapa das áreas alimentares do Brasil, evidenciando a região Amazônica como uma área de fome endêmica, onde a farinha de mandioca, o feijão, o peixe e a rapadura são os principais gêneros alimentícios consumidos. Castro (1980, p. 61) destaca que a região Amazônica “representa, sob um ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”, que apresenta alto valor calórico devido aos processos especiais de preparação na região. O estudo de Josué de Castro, realizado no final da década de 40, sua primeira publicação ocorreu em 1946, repercutiu nas políticas referentes à segurança alimentar na época.

Todavia, o início das políticas públicas para questão alimentar surge antes de Josué de Castro, na década de 1930, quando Vargas estabelece o Decreto-Lei 399, de 30 de abril de 1938. Esse decreto prevê sobre o salário mínimo e estabelece que este deva contemplar as necessidades mínimas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Como matéria importante desse Decreto, apresenta-se uma lista de alimentos (quadro 1) com suas respectivas quantidades mensais, constituindo uma base para a composição da Ração Essencial Mínima (cesta básica), que “seria suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo” (DIEESE, 1993, p. 1).

Quadro 1 – Ração Essencial Mínima por região

ALIMENTOS	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	NACIONAL
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	–	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE, 1993.

Obs.: As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Para um contexto histórico, a década de 1930 se caracteriza como um marco por diversos fatores, principalmente pela crise de 1929 no contexto mundial e, nacionalmente, pela implantação do estado novo. O próprio Josué de Castro classificou essa década como o “início de uma nova era”, pois várias pesquisas começaram a ser realizadas para conhecer e melhorar as condições econômicas e alimentares da população (DI TARANTO, 1993). O contexto da alimentação também foi atingido pela desestruturação da agricultura cafeeira – quando “o capital industrial toma definitivamente as rédeas da economia nacional [...] e nasce à legislação trabalhista do Brasil industrial pós-1930” (CASTELLI JR., 1992, p. 54) – e pela criação da Comissão de Abastecimento, a qual “funcionava como um ministério extraordinário com superpoderes, que poderia comprar ou requisitar e vender

esses produtos [principalmente alimentares] para a população.” [grifo nosso] (BELIK et al., 2003, p. 15). Quanto à legislação da época, destacando a constituição de 1937 e os decretos de Vargas, Andrade (1988, p. 86) destaca seu caráter desintegrado, afirmando ainda que “sua aplicação [...] não seria feita uniformemente em todo o país”, pois dependeria do nível de fidelidade que cada governador tinha para com a ditadura de Vargas. Com isso, apontam-se os fatores políticos como determinantes para a inclusão ou não das regiões nas políticas públicas.

No início do século XX, o país passava por divisões regionais que começaram em 1913, com a instauração da proposta de Delgado de Carvalho, e em 1938 o Anuário Estatístico do Brasil publica uma divisão, que já era utilizada pelo Ministério da Agricultura (LIMA, et. al. 2002). No Decreto-Lei 399, também de 1938, consta outra divisão regional do país, a qual se configura da seguinte maneira: a região classificada como 1 abrange as atuais regiões norte e nordeste; a região 2 é composta pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e toda a atual região sul; e a região 3 compreende a atual região sudeste e Goiás. É perceptível o nível de homogeneização empregado no decreto, destacando a região 2 (DIEESE, 1993). Quanto à alimentação, as diferenciações encontradas, entre as regiões adotadas no Decreto-Lei, se resumem nas quantidades de cada item e na subtração de batata para a região dois, o que acaba assumindo um papel eufêmico na regionalização da cesta básica, pois os outros itens listados no quadro 1 permanecem os mesmos. O fato de o decreto-lei não ter se estabelecido nas regiões adotadas oficialmente a partir de 1938, apresenta indícios tanto da inexistência de um consenso sobre o tema, quanto da ausência de rigidez metodológica, uma vez que suas proposições permitiam o surgimento de diversas interpretações. Desse modo, os critérios utilizados pelo Decreto-Lei para a divisão regional, devido ao seu nível de homogeneização e sua falta de clareza, não podem ser tidos como fatores de regionalização da política pública referente à cesta básica.

Mesmo com a cesta básica definida por esse decreto, os autores brasileiros não se limitam a teorizá-la a partir de sua composição constante no Decreto-Lei, no entanto existe uma divergência com relação à sua definição. Alguns autores tecem considerações sobre o tema trabalhando com a “noção” ou “idéia” de cesta básica. Considerando seus elementos compositores, Escoda (2001, p. 1), aponta que “a noção de cesta básica [...] trata-se de um elenco de alimentos per capita/dia necessários para a alimentação do trabalhador e de uma família média brasileira”, apontando o destaque aos alimentos em sua função de nutrir e sustentar. Maluf (1999) chama a atenção para a utilização indiscriminada do termo sem critérios claros, o que contribui na dificuldade para a definição. Esse autor ainda considera três aspectos, que devem ser observados na conceituação da cesta básica para o período atual. Em primeiro lugar, o impacto das propagandas sobre alguns produtos representa uma forte influência sobre a sociedade, o que altera seus hábitos de compra. Tais hábitos são entendidos como o comportamento da população perante o mercado no que tange ao local de compra, que pode ser diferenciado segundo o tipo de mercadoria, por esse motivo diferem-se os hábitos de consumo dos hábitos de compra. Em segundo, a questão nutricional dos alimentos presentes na alimentação dos diferentes grupos sociais, visto que os produtos são incluídos na cesta básica, principalmente, por serem acessíveis aos diferentes grupos. Por último, a preocupação com a possibilidade de haver confusão entre menor elaboração e essencialidade dos itens.

Entre os aspectos apontados por Maluf (1999), o segundo merece algumas considerações. Abramovay (1991) alerta quanto às discussões sobre alimentação, principalmente quando associadas à fome, que se concentram muito no valor nutricional, deixando de lado a questão das calorias. Segundo ele, os organismos internacionais afirmam que o problema é de natureza quantitativa, ou seja, o que existe, na realidade, é uma fome de calorias e não de proteínas. Isso ocorre, pois a função específica das proteínas no reparo, manutenção e crescimento do corpo só é cumprida quando o organismo está caloricamente satisfeito. Caso contrário, “as proteínas são queimadas como se fossem palha: seu potencial restaurador nobre é torrado, desperdiçado. Nosso metabolismo preocupa-se em primeiro lugar em manter a caldeira acesa” (Abramovay, 1988, p. 39). Com isso,

deve-se tomar cuidado com o discurso do valor nutricional referente à cesta básica, o que não retira a importância do tema.

Considerando todas essas observações sobre a definição de cesta básica, esta se apresenta como uma idéia que ganha destaque por organizar o pensamento acerca da alimentação. A idéia de cesta básica é bastante difundida entre a população com uma conotação de “mínimo essencial”, o que está transversalmente presente em todas as definições. Portanto, adota-se a noção de cesta básica que contempla tanto a “definição” de Escoda quanto às advertências de Maluf (1999) e Abramovay (1988) e algumas exposições sobre o âmbito da regionalização com ênfase nos hábitos alimentares, principalmente de consumo e de compra. Essas considerações criam uma noção de cesta básica que reflete o uso de uma abstração do que poderia ser a alimentação de uma família em um mês.

A cesta básica não só organiza o pensamento sobre os hábitos alimentares, mas também sobre o custo de vida nas cidades, sendo a cesta básica a unidade mínima que compõe o salário mínimo. As pesquisas do DIEESE iniciaram em janeiro de 1959 com o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV) e do valor da cesta básica (constante no Decreto-Lei) para São Paulo. Com a distribuição de escritórios da instituição pelo Brasil, a pesquisa foi implantada em várias capitais, atualmente dezessete. Na distribuição das capitais o norte do país era representado apenas por Belém, que era a única cidade onde havia coleta de dados até 2008, quando o DIEESE instala um escritório em Manaus, por ocasião da demanda de seis sindicatos locais.

Antes do DIEESE chegar a Manaus, os limites de aplicabilidade dos índices como o IVC, por exemplo, eram significativos para a Região Norte. Como uma nodosidade na rede urbana representativa em toda a Amazônia Brasileira, Manaus apresenta dinâmica urbana própria em mesmo nível que Belém (IBGE, 2008), que sozinha não poderia ser indicador de toda a Região Norte, embora as duas cidades estejam contidas na região amazônica e possuam uma biodiversidade típica das florestas tropicais (PEREIRA, 2002), fato que influi, inclusive, na questão alimentar (SALATI et al., 1998). Com isso, os indicadores econômicos baseados nas pesquisas de cesta básica do DIEESE até 2007 têm sua aplicabilidade comprometida para a Região Norte, pois a metodologia da pesquisa, quando submetida a outros aspectos como a rede e hierarquia urbana adotadas pelo IBGE, não diz respeito a uma escala adequada. O ingresso de Manaus na rede de escritórios do DIEESE abre novas perspectivas para a apreensão da realidade brasileira quanto ao custo de vida. No âmbito intra-estadual, a relação entre as cidades permite que os índices sejam extrapolados, pois, no caso do Amazonas, Manaus é responsável pelo abastecimento da grande maioria das cidades do interior do estado. As flutuações de preço de produtos em Manaus refletem em todas as cidades que dela dependem para seu abastecimento. Tal fato não supera a limitação dos indicadores, entretanto atenua as disparidades que existiam quando apenas Belém tinha coleta de dados sobre o custo de vida.

O Amazonas representa uma particularidade muito maior em cuja escala geográfica adotada na análise para a cesta básica deveria ser mais detalhada. Em relação à região norte, existe a necessidade de se considerar sua rede hidrográfica que representa um aspecto importante na urbanização do estado. A diferenciação da bacia amazônica quanto aos tipos de rio influencia, ainda, diretamente nos hábitos alimentares da população amazonense.

Os chamados rios de água preta, como o Rio Negro, são conhecidos pelo baixo índice de piscosidade devido, entre outros fatores, a acidez bastante acentuada nessas águas. Tal fato chamou a atenção de Josué de Castro (1980) que classificou o Rio Negro como “rio da fome”, ao considerar o peixe como o principal alimento no estado. Em contraponto a essa realidade, os rios de águas brancas, como o Rio Solimões, apresentam maior quantidade e diversidade de peixes, em razão de sua maior carga de sedimentos e nutrientes. Neste, a pesca varia desde consumo entre as populações ribeirinhas até atividade pesqueira de larga escala além de nutrir as terras de várzea, o que garante maior produtividade familiar agrícola local.

Essa “geografia da fome” no estado do Amazonas possui limitações geográficas, que devem ser consideradas nos estudos sobre o abastecimento alimentar. O mercado de gêneros alimentícios

no estado tem superado essas limitações com o desenvolvimento da rede urbana do Amazonas, principalmente a partir da rede de transportes. Assim, a maior interação entre Manaus e as cidades localizadas ao longo das calhas dos rios Solimões e Negro gerou uma perspectiva que passa a substituir a “geografia da fome” por uma “geografia do abastecimento”, que neste trabalho se dá a partir da análise do custo de vida nas cidades de Manacapuru e Coari, localizadas na calha do rio Solimões.

A CESTA BÁSICA REGIONALIZADA

A diferença entre a cesta básica do Decreto-Lei, adotada pelo DIEESE, a qual será chamada de cesta básica nacional, e a da CODEAMA, a qual será tratada como cesta básica regional, é visível atingindo, principalmente, a mudança e acréscimo nos componentes e as unidades de medida fracionadas.

Quadro 2 – Cesta Básica proposta pela CODEAMA

PRODUTOS	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTIDADES
Arroz	kg	3,50
Feijão	kg	0,43
Açúcar	kg	4,61
Farinha de Mandioca	kg	4,18
Sal	kg	0,77
Leite em Pó	400g	0,75
Café em Pó	250g	3,76
Macarrão	500g	0,76
Óleo de Soja	900ml	1,19
Vinagre	500ml	0,52
Margarina	250g	1,04
Coloral	100g	0,90
Ovos de Galinha	Dúzia	1,24
Pimenta do Reino	100g	1,30
Frango Congelado	kg	1,71
Carne	kg	0,47
Peixe	Cambada*	3,63
Pão Francês	100g	83,70

Fonte: Silva, 2000.

* O peixe no Amazonas é vendido em cambada que tem mais ou menos 2 kg.

A cesta básica regional proposta pela CODEAMA tem o mérito de se aproximar dos hábitos alimentares da população amazônica. Convém discorrer sobre as principais diferenças entre a cesta básica nacional e a regional, a saber, as modificações nos itens, adaptação das quantidades mensais e adoção de unidades de medida fracionadas e das regionais para o cálculo dessas quantidades. Dos doze produtos da cesta básica nacional para a região 2, dez estão presentes na cesta básica da CODEAMA com algumas modificações. O leite, que na cesta nacional aparece em forma líquida, é substituído pelo leite em pó, conforme os hábitos de consumo dos amazonenses, tendo, por isso, sua unidade modificada de litro para quilograma. A manteiga é trocada pela margarina. Dois elementos que estão na cesta básica nacional não foram incluídos na cesta regional, um legume (tomate) e uma fruta (banana), embora o consumo desses gêneros seja comprovado. Ainda foram acrescentados sal, macarrão, vinagre, coloral, pimenta do reino, ovos de galinha, frango congelado e peixe, um total de oito itens que correspondem aos hábitos alimentares regionais. Com relação às alterações nas quantidades mensais, estas eram imprescindíveis, pois, na medida em se acrescentou alguns produtos na cesta básica, o consumo de outros diminuiu. Esses itens, que constam na forma com que

a CODEAMA elaborou sua proposta, são importantes, pois evidenciam a necessária regionalização da política pública.

A cesta básica da CODEAMA serviu de base para este trabalho, ou seja, sua utilização foi adotada para fazer as análises e coleta de dados referentes ao valor da cesta básica. Entretanto, através de trabalhos de campo, foram detectados alguns ajustes necessários para atualizar ou acentuar a regionalização, visando atingir que se denominou de Cesta Básica Regionalizada. Os ajustes consistiram em acréscimo de itens, considerações sobre as unidades de medida adotadas para produtos com particularidades regionais, ou seja, seguindo praticamente as mesmas diretrizes da CODEAMA em relação à cesta básica nacional, podendo caracterizar os acréscimos como uma atualização da proposta.

Antes do trabalho de campo foi acrescentado o Tomate e a Banana que estão presentes na cesta básica nacional (Ração Essencial Mínima) e não foram incluídas na cesta proposta pela CODEAMA. Essa iniciativa deu-se justaposta à hipótese, posteriormente confirmada em campo, de que o hábito alimentar da população das cidades da calha do Rio Solimões é fortemente influenciado pelos produtos in natura. Essa influência é resultado das relações da população com a zona rural que, por vezes, é mantida por meio de uma condição familiar (o caso de se ter parentes moradores de alguma comunidade da zona rural, que enviam algo de sua produção para os que moram na cidade). Nessa perspectiva, a partir de constatação em campo, ainda se adicionou à cesta básica o Limão. Isso se justifica pela presença do peixe na cesta básica proposta pela CODEAMA. Observado de forma empírica, é consensual entre os amazonenses, a utilização de limão apresenta-se como imprescindível no preparo do peixe (limpeza, tempero e uso como condimento).

Ainda foram adotadas as quantidades de acordo com a constatação em outras propostas. As quantificações de tomate e banana foram extraídas do quadro de planejamento alimentar anual para a população brasileira, que prevê a quantidade diária de 75 gramas por pessoa, que convertida para um consumo mensal, corresponde a 2,25 quilos. Quanto ao limão, trata-se de uma proposta inédita e, como não foram encontradas fontes sobre a metodologia utilizada para se estabelecer a quantidade mensal adotada pela CODEAMA, sua quantificação foi estimada de acordo com a quantidade de peixes prevista na cesta, sendo 3 limões para cada quilo de peixe, o que totaliza em 22 limões correspondendo a uma média de 1,44 kg de limão no consumo mensal por pessoa.

Os itens adicionados na cesta básica (tomate, banana e limão) trazem consigo uma peculiaridade quanto às unidades que merecem atenção especial. Cada um destes, juntamente com o peixe (que já havia sido destacado pela CODEAMA) e a farinha de mandioca, apresentam unidades de medida próprias, considerando os hábitos de compra da população. O tomate e o limão podem ser comercializados em quilogramas ou em sacolas, geralmente de R\$ 1,00; a banana é encontrada apenas em “palma” que representa uma porção determinada naturalmente, sendo esta a subdivisão do cacho, que é a forma na qual se apresenta o fruto; o peixe, além do quilograma e da “cambada” (porção de peixes), possui mais variações como “unidade” e “monte”; e a farinha de mandioca tem o “litro” como unidade de medida difundida regionalmente.

É importante considerar as demais formas de se quantificar os produtos, principalmente as regionais, a fim de ressaltar as especificidades locais e facilitar a coleta de dados para posterior análise. Com isso, foi realizada a adoção das unidades locais na coleta dos preços. Essa mudança não altera o resultado final do valor da cesta básica para a cidade, visto que a análise é feita via quantidades mensais, no entanto, pode comprometer a análise comparativa dos preços de cada item no âmbito intra-urbano e interurbano, o que é superado com a comparação realizada considerando o preço pelas quantidades mensais que são padronizadas em quilograma.

A coleta de preços dos itens da cesta básica foi realizada de forma que correspondesse, com maior proximidade possível, aos hábitos das populações das cidades estudadas. Como forma de reconhecer isso, por meio de comprovações em campo, dividiu-se os locais onde se obteria o preço de itens, primeiramente separando os itens em três categorias: produtos industrializados (submetidos

a processos de elaboração industrial); beneficiados (processos simplificados de embalagem) cujos preços foram coletados em mercadinhos; e in natura (sem processamento industrial) com preços coletados e mercados municipais e feiras. Também foi realizada uma coleta de preços considerando estabelecimentos da área central e da área não central, com o propósito de verificar possíveis diferenciações de preço no âmbito intra-urbano.

Nesse sentido, a construção de uma cesta básica que abarque a diversidade do Estado do Amazonas é contemplada pela iniciativa da CODEAMA, entretanto, a presente proposta é discutir as implicações que as relações geográficas de uma cesta básica podem causar no lócus de sua aplicação: a cidade, mais especificamente o espaço urbano. Isso é possível, pois a produção, circulação e comercialização dos itens da cesta básica configuram uma rede urbana a partir da divisão territorial do trabalho expressa nessas etapas da produção.

TABERNAS, MERCADOS E FEIRAS: A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS NAS CIDADES RIBEIRINHAS

Lefebvre (2006, p. 68) afirma que “a vida urbana compreende relações originais entre a cidade, o campo, a natureza” sendo que essas relações podem se manifestar empiricamente nas condições econômicas do cotidiano. Evidenciando os aspectos rurais presentes na vida urbana da Amazônia, as feiras são reflexos do campo na cidade. Estas se configuram a partir de relações de mercado que, atualmente, são protagonizadas não somente pelos produtores regionais, pois a maioria dos agentes é intermediária entre o produtor e o consumidor.

A diferenciação dos estabelecimentos na coleta de preços dos itens da cesta básica regionalizada é oriunda dos hábitos alimentares da população amazonense. Embora haja venda de tomate ou banana em alguns mercadinhos, a população busca a feira como principal fornecedor. A infraestrutura comercial da cidade reflete uma relação com a função urbana que exercem os diferentes estabelecimentos comerciais. A evolução dessa infra-estrutura tem implicações diretas na reprodução do espaço urbano no que tange à comercialização das mercadorias. Nas cidades amazônicas, a infraestrutura de comércio apresenta uma especialização na distribuição dos produtos para aquisição que são, no caso dos itens da cesta básica, as feiras, mercados, mercadinhos. Esses estabelecimentos são representativos na organização econômica da população nessas cidades e essa distinção compõe o elemento básico dos hábitos de compra, que correspondem ao comportamento da população perante o mercado no que tange ao local de compra, que pode ser diferenciado segundo o tipo de mercadoria, sendo por esse motivo, diferente de hábitos de consumo. Tanto em Coari quanto em Manacapuru, percebe-se que essa distribuição é bem clara e configura até mesmo os hábitos alimentares da população.

Os hábitos rurais presentes em vidas urbanas caracterizados por Maia (2001, p. 213), como resíduos, ou seja, a “sobrevivência de tempos e espaços [...] no todo ou em parte” representa uma característica das cidades pesquisadas. Um exemplo clássico é o quintal das casas que, por muitas vezes, comportam uma pequena produção, perceptível nas cidades estudadas na forma como estas reproduzem a economia por meio do consumo da cesta básica. A concentração de mercadorias num só estabelecimento, por exemplo, nos hipermercados, aponta que o modo de vida urbano é mais centralizado e evidente na medida em que essa concentração cresce em detrimento das formas tradicionais de venda dos produtos da cesta básica, como a taberna e a feira. Em Manaus, pode-se verificar a presença dessas formas tradicionais de venda nos bairros, principalmente nos novos, nos quais a população ainda preserva hábitos de compra; entretanto a presença dos hipermercados, que se proliferam pela cidade, tende a suprimir esses agentes tradicionais e concentrar a venda de todos os itens da cesta básica além de eletrodomésticos e eletrônicos. Isso pode ser visto nas grandes cidades onde o supermercado pode ser considerado um equipamento urbano indispensável para a reprodução do espaço urbano pela sociedade cidadina.

Neste sentido, a construção da cesta básica regionalizada (proposta por esse trabalho) servirá como um indicador de hierarquia urbana, pois a hipótese é que a diferença de preço da cesta bá-

sica entre as cidades representa uma diferença em termos de hierarquia urbana e de papel na rede urbana da região. O valor da cesta básica estaria associado, principalmente, aos custos decorrentes do fluxo de transporte das mercadorias (frete) e também de intermediários. Como a cesta básica é composta primordialmente por produtos industrializados e manufaturados produzidos fora da região, pressupõe-se que a distância, tipo de transporte e sazonalidade influenciam no preço final da cesta sendo que, as cidades com menos expressão na rede tem preço mais alto.

CESTA BÁSICA E O PERFIL URBANO DAS CIDADES AMAZÔNICAS

A análise do valor da cesta básica regionalizada em ambos os períodos da sazonalidade do Rio Solimões sinalizou para a flutuação desse custo. A variação do valor médio da cesta básica regionalizada nas cidades estudadas se dá conforme a sazonalidade tal qual apresenta a figura 1, onde se pode observar que o custo da cesta é maior na enchente. No Amazonas, “a vazante para os povos ribeirinhos é a estação da fartura e da abundância” (BENCHIMOL, 1977, p. 446). Isso ocorre, pois nesse período, as condições de produção alimentar são ampliadas pela exposição das várzeas, que viabiliza algumas culturas como a do tomate, da mandioca e macaxeira, do milho, da melancia, etc. e pela maior concentração de peixe nos rios e lagos, o que torna a pesca facilitada e o pescado abundante nas cidades. Com o aumento da produção rural local, o preço destes cai no mercado interno das cidades.

Observa-se que, embora Manacapuru esteja mais próximo de Manaus, o custo da cesta básica regionalizada neste é mais alto que em Coari em ambos os regimes fluviais. Isso indica que a distância em relação à Manaus não é um indicador que, sozinho, dê conta de explicar o custo de vida nas cidades do Amazonas embora, Manaus detenha a centralidade na distribuição dos produtos que compõem a cesta. Essa centralidade abrange tanto os produtos industrializados e beneficiados, quanto os in natura. Entre os industrializados e beneficiados, Manaus fornece em ambos os regimes, assim como os produtos in natura, sendo estes com maior intensidade na enchente.

Um dos motivos que explica essa diferenciação de custo nas cidades é a produção rural. Considerando Manacapuru e Coari, os produtos in natura são responsáveis, em média, por 84% da variação de preço da cesta básica regionalizada com a sazonalidade em ambas as cidades. Os dados de produção rural comercializada na feira do produtor de Coari apontam que há uma produção contínua, com quedas no período da enchente. Embora ocupada em sua maioria por atravessadores, a feira do produtor de Coari funciona diariamente e conta com a presença de produtores rurais todos os dias; já a feira do produtor de Manacapuru funciona apenas às quintas-feiras e na Feira da Liberdade, onde grande parte dos produtos comercializados é oriunda de Manaus. Ou seja, a produção rural em Coari é maior o que faz com que o custo da cesta básica regionalizada nessa cidade seja menor, e ainda porque grande parte do pescado de Manacapuru é exportada para as cidades adjacentes, inclusive Manaus.

Por outro lado, o valor dos produtos industrializados e beneficiados da cesta básica regionalizada é menor na cidade de Manacapuru em ambos os períodos devido à proximidade em relação à Manaus. Essa análise, a partir do desmembramento da cesta básica regionalizada em relação a sua produção, dá uma compreensão da fragmentação com que se encontra o mercado em relação ao abastecimento dos gêneros alimentícios.

Os equipamentos urbanos que disponibilizam os produtos da cesta básica regionalizada, tanto mercadinhos quanto mercados municipais e feiras tem uma distribuição espacial que influencia o custo da cesta em cada uma das cidades. As relações de centralidade são manifestas, pois nas duas cidades, o centro comercial se localiza na margem do Rio Solimões onde está o porto que comporta o fluxo de pessoas e mercadorias. A relação estabelecida entre a área central e o porto fluvial da cidade manifesta a condição de acessibilidade, descrita por Harvey (1980) como a obtenção dos bens por um preço relacionado à superação das distâncias e uso otimizado do tempo, ou seja, baixo custo. Nesse sentido os mercados municipais e as principais feiras e mercadinhos compreendem essa área central.

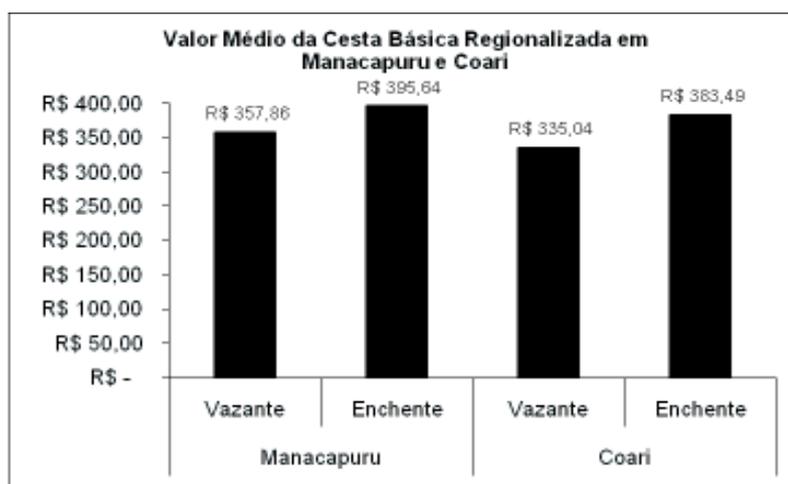


Figura 1 - Variação do valor da cesta básica regionalizada nos dois períodos, nas duas cidades.
Fonte: Dados da pesquisa.

As duas cidades apresentaram variação de custo da cesta básica regionalizada ligada a centralidade intra-urbana de forma que seu custo médio na área central, em cada período, é menor que na área não central (quadro 3). Os estabelecimentos visitados em Coari foram distribuídos entre centro e bairro do Pêra, I, II e III, cujo acesso é feito por meio de uma ponte que, sobre uma plataforma flutuante de madeira, na vazante toca o chão e na enchente fica suspensa (figura 2).

Quadro 3 – Custo médio total e fracionado da Cesta Básica Regionalizada

CUSTO MÉDIO DA CESTA BÁSICA REGIONALIZADA				
Custo Médio	Coari		Manacapuru	
	Vazante	Enchente	Vazante	Enchente
	R\$ 335,04	R\$ 383,49	R\$ 357,86	R\$ 395,64
Custo Médio - Área Central	R\$ 326,75	R\$ 377,94	R\$ 357,16	R\$ 389,17
Custo Médio - Área não Central	R\$ 346,15	R\$ 390,87	R\$ 358,79	R\$ 404,25
Custo Médio - Produtos Industrializados e Beneficiados	R\$ 213,90	R\$ 211,82	R\$ 200,59	R\$ 206,10
Custo Médio - Produtos <i>in natura</i>	R\$ 87,66	R\$ 138,19	R\$ 123,78	R\$ 151,92

Fonte: Dados da pesquisa out2006/abril2007.

Em Manacapuru, a distribuição dos estabelecimentos visitados contemplou, além do centro, os bairros de Liberdade e Morada do Sol e constatou-se que o custo da cesta básica regionalizada está sujeito às condições de centralidade, ou seja, o valor médio desta é maior nas áreas não centrais (quadro 3). O acesso à cidade de Manacapuru é realizado via fluvial ou rodo-fluvial, sendo a última mais utilizada, pois é o meio pelo qual se dá o fluxo dessa cidade com Manaus. Isso acarreta em uma diferenciação do custo dos produtos industrializados e beneficiados da cesta básica regionalizada que são importados de Manaus cujas relações de acessibilidade permitem um menor custo destes (quadro 3).

O perfil urbano das cidades através da cesta básica regionalizada pôde ser estabelecido considerando-se a distribuição dos estabelecimentos e os hábitos de compra da população, ou seja, com a fragmentação dos locais de compra dos produtos, o consumidor tende a percorrer maiores distâncias

para adquirir a cesta básica regionalizada. Isso aumenta o fluxo de pessoas na zona urbana, pois com o centro comportando a feira e o mercado municipal, muitos se deslocam dos bairros para o centro para adquirir os itens in natura. Nesse sentido, a articulação do espaço urbano se concretiza na relação entre produto, local de consumo e consumidor e os fluxos decorrentes dessas interações, superando a fragmentação deste mesmo espaço urbano com a divisão dos locais de compra dos itens da cesta básica e os estabelecimentos onde são adquiridos.

Os itens da cesta básica regionalizada nas duas cidades apresentam variação de importância conforme a sazonalidade. Com o custo elevado de alguns produtos na enchente, como o peixe, a população busca alternativas de alimentação fazendo com que o nível de importância desses elementos seja oscilante. Com isso, a utilização de uma média ponderada sistematiza essas variações, de forma que se torna possível a visualização do nível de importância, ou peso, de cada produto em cada um dos períodos da sazonalidade. Para comprovar as análises de variação de custo dos itens da cesta básica regionalizada com a sazonalidade, foi utilizada uma média ponderada entre estes onde se atribuiu pesos para cada produto na vazante e na enchente.



Figura 2 - Ponte do Pêra – Coari, na vazante e na enchente, respectivamente.
Fonte: Acervo NEPECAB (vazante outubro de 2006; enchente abril de 2007).

zAlguns produtos (arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca, o sal e o café em pó) detiveram o maior peso em ambos os períodos. Outros variaram com os regimes obtendo importância maior em um dos períodos de acordo com a relação direta do produto com a sazonalidade no que tange, principalmente, à produção e custos relacionados ao transporte e à escassez.

A variação de importância dos itens da cesta básica regionalizada está relacionada diretamente com a mudança do preço dos produtos com a sazonalidade. O peixe, por exemplo, tem peso 5 na vazante, pois é nessa época que se concentra a safra e o consumo deste é muito alto entre a população por seu baixo preço. Peso esse que cai na enchente (entressafra) quando o preço do peixe sobe e a população recorre às alternativas para compor sua dieta, que passa incorporar itens como o frango congelado e os ovos de galinha, os quais apresentam variação inversa quando comparada ao peixe. Entre as alternativas ainda estão os enlatados e até mesmo a carne. Isso configura uma mudança nos hábitos alimentares nessas cidades.

O tomate e o limão foram desdobrados segundo sua origem, para se extrair a média ponderada real de acordo com a sazonalidade. Com isso, temos de um lado o tomate paulista e o limão nacional e de outro o limão e tomate regionais. O peso de cada um destes itens varia de forma que, na vazante, temos a importância maior para os itens regionalizados, por conta do aumento da produção local nas várzeas e, na enchente, ambos os itens exportados de Manaus são de maior peso, pois é o período em que a produção local é pequena, de forma que não atende a demanda. Embora se tenha detectado tal diferenciação entre esses produtos, o peso de cada um na enchente não é baixo, pois

mesmo com a produção local das várzeas, ainda há dependência de Manaus para atender a demanda interna da cidade para esses itens.

A “REDE BÁSICA” DA “CESTA URBANA”

No que tange ao abastecimento das cidades do Amazonas, Manaus representa a centralidade na distribuição dos bens industrializados e beneficiados em ambos os períodos, com exceção da farinha de mandioca que, em sua maioria, é produzida localmente, sendo que uma menor parte da oferta dessa mercadoria provém de Manaus. Todos os estabelecimentos visitados tinham suas mercadorias industrializadas e beneficiadas oriundas de Manaus. Essa condição é representativa na distribuição desses produtos ao passo que estes correspondem a 71,4% da cesta básica regionalizada. Os demais 28,6% da cesta básica regionalizada, que correspondem aos produtos in natura, são de fornecimento irregular no que tange a procedência deste, pois parte do tomate e do limão que abastece as cidades é oriunda de Manaus sendo esta parcela menor na vazante e, por conseguinte, maior na enchente.

Nesse contexto, ainda residem dois casos em que a divisão territorial do trabalho se apresenta de forma temporalmente diferenciada, o que, entretanto, não compromete a condição de lugar central exercida por Manaus. O pão francês, embora produzido localmente, se caracteriza como um bem que depende do lugar central, pois sua matéria prima (farinha de trigo, açúcar, fermento, etc.) é oriunda de Manaus predominantemente. Assim como o caso de um dos estabelecimentos de Coari, o Box Queiroz, cujo fornecedor é uma distribuidora local, sendo que esta tem seus produtos oriundos de Manaus. Nesses dois casos, embora com situações de mercado diferenciadas, são perceptíveis as formas diferenciadas com que a divisão territorial do trabalho se manifesta entre os itens da cesta básica regionalizada tanto na fase da produção, quanto na distribuição dos produtos, o que não compromete a centralidade que Manaus exerce na região.

Em todos os produtos da cesta básica regionalizada, essa divisão é representada principalmente na comercialização nas diversas escalas. Numa escala regional, a comercialização dos itens produzidos em ou somente distribuídos por Manaus (industrializados e beneficiados) nas cidades representa um alcance do bem que reflete os diferentes agentes que irão intermediar o produto, desde sua fabricação até o consumidor final, refletindo os estágios da divisão territorial do trabalho que atinge nas relações “produção x distribuição” ou “distribuição x redistribuição”. Isso inclui o transporte das mercadorias por meio fluvial como um estágio dessa divisão. Numa escala local, os itens in natura são oriundos da zona rural do município, havendo divisão territorial do trabalho a partir da questão “urbano x rural”, pois é na cidade que se comercializa a produção rural (SINGER, 1998; CORRÊA, 2006).

Numa escala regional, as cidades que concentram a comercialização da cesta básica regionalizada representam pontos fixos do território e, nestas estão contidos, em menor escala, os estabelecimentos (mercadinhos, feiras e mercados municipais) que são pontos mais precisos que cuidam da comercialização da cesta básica regionalizada. Articulados pelo fluxo interurbano fluvial com o transporte das mercadorias de Manaus até as cidades têm-se estabelecida a rede urbana que envolve as cidades de Manaus, Manacapuru e Coari admitindo o padrão dendrítico pelo modal de transporte adotado e por seus núcleos urbanos estarem dispostos ao longo da margem dos rios.

A forma diferenciada com o qual as cidades de Manacapuru e Coari desdobram o mercado que envolve a cesta básica regionalizada atribui diferenciações espaciais, manifestadas nos custos acumulados em todos os processos inclusos na produção, circulação e comercialização de cada item. Essa diferença representa a forma desigual com que esses espaços urbanos são produzidos, o que diz respeito a uma hierarquia. O custo de vida nas cidades representa uma variável importante, a partir da qual se identifica uma hierarquia unilateral, passível de ser confirmada com a análise desta com outras variáveis para se estabelecer a hierarquia urbana entre essas cidades.

Para propor uma hierarquia urbana a partir do custo da cesta básica regionalizada, seria necessário considerar os períodos de vazante e enchente e a forma de participação tanto dos produtos

industrializados e beneficiados, sujeitos a centralidade de Manaus, quanto dos in natura, que contam com a produção local e mesmo a importação de Manaus. Nesse contexto, Coari destaca-se na rede urbana com aspectos que relacionam o custo da cesta básica regionalizada com a infra-estrutura urbana, como o controle de entrada de produção rural na feira e de peixe e carne no mercado municipal, o que redundaria num menor custo dos produtos in natura da cesta básica regionalizada, logo, de toda a cesta. Isso demonstra uma organização no abastecimento que, quando comparada com Manacapuru, que tem a feira do produtor funcionando somente às quintas-feiras e o mercado municipal sem administrador. Por outro lado, Manacapuru apresenta menor valor dos produtos industrializados e beneficiados pela sua proximidade em relação à Manaus, além disso, esta cidade é responsável por grande parte do abastecimento de pescado das cidades adjacentes, inclusive Manaus, o que também a destaca na rede.

Com isso, a questão que se põe, além das inúmeras variáveis que poderiam ser enumeradas para se estabelecer uma hierarquia entre as cidades, é a escala de análise. Schor et al. (2007) propõe uma hierarquia urbana para as cidades do Amazonas na qual Manacapuru e Coari se enquadram na categoria de cidades médias, apesar da inexistência de cidades médias no Amazonas, segundo a classificação do IBGE de 2000, sendo a primeira de responsabilidade territorial e a segunda de dinâmica econômica externa. Nesse sentido, o custo da cesta básica regionalizada pode incluir as duas cidades na categoria de médias, visto que suas relações com Manaus se apresentam diretas na distribuição dos bens e ainda são importantes não somente para seu município, mas também para as cidades adjacentes, representando nódulos na rede urbana da calha do Rio Solimões para essa variável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de uma cesta básica regionalizada para o estado do Amazonas apresenta-se legítima ao passo que se consideram as especificidades da região. Não se pode homogeneizar a discussão sobre custo de vida referente à alimentação no Amazonas, devido à diversidade geográfica que a região apresenta, sendo que este fator deve nortear a adaptação da cesta básica para uma realidade regional. Ir além, verificando a rede de comercialização dos itens que a compõem representou um acréscimo à discussão, que complementou o entendimento do tema. O fato de que a totalidade dos produtos industrializados e grande parte dos in natura, que abastecem as cidades estudadas e as demais localizadas na calha do rio Solimões, são oriundos de Manaus e, por sua vez de diversas partes do Brasil, faz com que se admita que, embora houvesse uma proposta que foi tida como regionalizada, sua efetivação se dá a partir de uma rede que diz respeito a uma escala nacional. Ou, seja, mesmo tendo sido regionalizada, nesse aspecto específico a cesta básica não deixou de ser nacional.

Os regimes de vazante e enchente do Rio Solimões caracterizam-se como os fatores de maior influência nesse estudo ao passo que, tanto os hábitos de compra quanto os de consumo e toda a discussão relativa à alimentação, principalmente à cesta básica regionalizada, estão sujeitos a esses fatores, que influenciam principalmente na disponibilidade dos itens e no seu custo. A emergência de uma política de incentivo à produção familiar no Amazonas surge como a estratégia que pode minimizar os custos com alimentação nessas cidades, observada sua situação estratégica no custo da cesta básica regionalizada. As condições naturais, apresentando influência direta nas atividades agrícolas e no mercado nessas cidades, apontam para a demanda de análises onde as relações entre homem e natureza apresentem-se bastante complexas e passíveis de estudos mais aprofundados, a fim de se compreender a realidade a partir da análise conjunta dos elementos que compõem o espaço amazônico.

O cálculo do custo da cesta básica regionalizada nestas cidades se apresentou como um indicador considerável para se traçar o perfil, rede e hierarquia urbana da calha do Rio Solimões. Os fluxos originários da rede urbana os quais envolvem a produção, circulação e comercialização dos

bens e os custos gerados por esses processos, revelaram o caráter geográfico contido na efetivação dessa cesta nas cidades. Como reflexo da escassa abordagem geográfica do tema de abastecimento alimentar, a construção de uma metodologia que pudesse abarcar as particularidades amazônicas foi necessária. A cesta básica, como indicador da rede urbana, complementou as análises realizadas no âmbito do custo de vida, buscando a explicação desse custo via discussão de rede urbana. A proposta de analisar as redes que embalam esse cenário, de forma que não se furtasse as especificidades amazônicas, apresenta a leitura acerca de um aspecto tão marcante na realidade regional, mas que, assim como vários outros aspectos, demandam um maior esforço da qual este trabalho se caracteriza como uma contribuição inicial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é Fome?**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A Revolução de 30: da república velha ao estado novo**. 2. ed. Porto Alegre: MERCADO ABERTO, 1988. (Série Revisão).
- BELIK, Walter. SILVA, José Graziano da. TAKAGI, Maya. Políticas de Combate à Fome no Brasil. in: ANDRADE, Manuel Corrêa de (et al.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: UMBERTO CALDERARO, 1977. (Coleção Amazoniana – 1).
- CASTELLI JR, Roberto. **Brasil: do café à indústria: transição para o trabalho livre**. São Paulo: BRASILIENSE, 1992. (Coleção Tudo é História).
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: ANTARES, 1980. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).
- CODEAMA. **Proposição de Uma Política de Desenvolvimento Urbano Regional**. Manaus, 1980 (brochura).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre Rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DI TARANTO, Giuseppe. **Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro**. Tradução de Maria de Fátima Mendes Leal. Belém: CEJUP, 1993.
- DIEESE. **Cesta Básica: metodologia**. São Paulo, 1993. Disponível em www.dieese.org.br. Acessado em 12 de dez de 2006.
- ESCODA, Maria do Socorro Aquino. **Segurança, Cesta Básica e Planejamento**. Salvador, 2001. Disponível em: www.ufrnet.br. Acessado em 03 de jan. de 2007.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- IBGE. **Senso Demográfico de 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 13 de jun. de 2006.
- IBGE. **Senso Demográfico de 2000**. Regiões de influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: CENTAURO, 2001.
- LIMA, M. H. P. RODRIGUES, C. M. SILVA, J. K. T. MARTINS, P. C. TERRON, S. N. SILVA, R. L. S. **Divisão Territorial do Brasil – 2002**. 2002. Disponível em http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/anexos/desenho/Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc. Acessado em 17 de fevereiro de 2009.
- MAIA, Doralice Sátiro. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas. in: DAMIANI, Amélia Luiza. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odete Carvalho de Lima. (orgs.). **O Espaço no Fim de Século: a nova realidade**. 2º ed. São Paulo: CONTEXTO, 2001.
- MALUF, Renato S. **Consumo de Alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar**. São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_171.pdf. Acessado em 03 de jan. de 2006.

- PEREIRA, Henrique. Biodiversidade: a biblioteca da vida. in: RIVAS, Alexandre. FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho Freitas. **Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2002.
- SALATI, Enéas. SANTOS, Ângelo A. LOVEJOY, Thomas E. KLABIN, Israel. **Porque Salvar a Floresta Amazônica?**. Manaus: INPA, 1998.
- SCHOR, Tatiana. COSTA, Danielle Pereira da. OLIVEIRA, José Aldemir de. Notas Sobre a Tipificação da Rede Urbana na Calha do Rio Solimões, Amazonas. in: **Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)** – Belém, PA. 21 – 25 de maio de 2007.
- SILVA, Francisco Wanderley Ramos da. **As Variações dos Índices de Preços da Cesta Básica na Cidade de Manaus, no Período de 1994 a 1999**. 2000. 79f. (Trabalho de Conclusão de Curso/TCC), Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14. ed. São Paulo: CONTEXTO, 1998.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na Amazônia: compreendendo sua diversidade e complexidade**. in: Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) – Rio Branco, AC. 16 a 21 de julho de 2006.

Trabalho enviado em maio de 2010

Trabalho aceito em agosto de 2010